

O debate sobre a grande greve francesa de 1995

ANDRÉIA GALVÃO*

Há seis anos, a França era sacudida por uma onda de greves no funcionalismo público, motivadas pelo projeto de reforma da seguridade social apresentado pelo governo de direita de Alain Juppé, sob a presidência de Jacques Chirac, e pelo contrato de plano entre Estado e SNCF (Société Nationale de Chemins de Fer) de 1996-2000. Iniciada pelos ferroviários e engrossada pelos metroviários, ela rapidamente se alastrou entre diversas categorias de servidores públicos, como os funcionários da EDF (companhia de eletricidade), France Télécom (telecomunicações), La Poste (correios), professores e funcionários administrativos.

A reforma em questão era apresentada como uma medida de urgência destinada a salvar a seguridade social, ameaçada por um endividamento de 240 bilhões de francos e por um déficit anual de 60 bilhões de francos¹. Para tanto, propunha a mudança na aposentadoria do

setor público, mediante o aumento do tempo de contribuição de 37,5 anos para 40 anos (regra já vigente para o setor privado desde 1993) e a supressão dos regimes especiais (como o dos ferroviários, cuja aposentadoria pode ser solicitada aos 50 anos de idade).

O contrato de plano entre Estado e SNCF, por sua vez, previa a regionalização das estradas de ferro, sobretudo de seu financiamento, em nome dos princípios de competitividade, produtividade e rentabilidade. Apresentado como uma forma de oferecer melhores serviços aos usuários, o plano abria caminho para a privatização das ferrovias e possibilitaria a supressão dos trajetos considerados não rentáveis, contrariando a idéia de um serviço público nacional, tão cara aos franceses.

Deflagradas em 24 de novembro de 1995 e encerradas em 16 de dezembro do mesmo ano, as greves paralisaram os

** Doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp

¹ Christophe Aguiton e Daniel Bensaid. *Le retour de la question sociale, le renouveau des mouvements sociaux en France*. Lausanne, Éditions Page Deux, 1997.

meios de transporte do país dando visibilidade aos conflitos sociais, que reaparecem estruturados pelo trabalho. Desse modo, contribuíram para desacreditar as teses de fim do trabalho, fim das classes (e da luta de classes), fim da história, fim das ideologias, repercutindo na cena política internacional e dando um novo alento às lutas e movimentos sociais anti-liberais e/ou anti-capitalistas.

O movimento grevista assegurou a manutenção das aposentadorias do setor público, inclusive dos regimes especiais, e o congelamento do contrato de plano Estado-SNCF. Além disso, constituiu um ponto de inflexão na tendência à baixa no número de greves, reabilitando o papel dos sindicatos e recolocando o debate acerca das formas de organização e representação de interesses dos trabalhadores na ordem do dia. Desaparecidos do cenário político e mediático desde meados dos anos 80, os sindicatos pareciam despertar quando ninguém mais acreditava na sua existência.

A participação dos sindicatos em dezembro de 1995 surpreendeu aqueles que faziam uma leitura unilateral da crise sindical, considerando-a definitiva e irreversível. Para estes, os sindicatos estavam fadados ao desaparecimento, os movimentos sociais haviam deixado de existir, as greves de categorias ou setores eram coisas do passado e o único nível de negociação coletiva possível passara a ser a empresa.

A fraqueza freqüentemente atribuída aos sindicatos franceses – dividido em cinco confederações oficialmente reconhecidas, e outras tantas organizações ainda não consideradas representativas – constitui um dos fatores que fundamentam essa interpretação. Afinal, como o movimento sindical que possui a mais baixa taxa de sindicalização da OCDE pôde dar origem a uma capacidade de mobilização de tamanha amplitude?

A análise diacrônica e a compreensão do movimento como um processo nos mostram que 1995 não é fruto de um acaso, mas sim de contradições e de exigências que se gestaram lentamente ao longo de uma década². Sua eclosão foi provocada por diversos fatores, como a falta de credibilidade das formas tradicionais de representação política e o descontentamento popular com a política de rigor salarial implementada pelo governo socialista, sob a presidência de Mitterrand.

Mas 1995 também é fruto da própria crise sindical, evidenciada já em meados dos anos 80, quando do surgimento das coordenações³. A transformação da base social dos sindicatos, aliada ao processo de institucionalização e burocratização de suas formas de organização, levou à reconfiguração da paisagem sindical, com o surgimento de novas entidades, e à redefinição das estratégias das principais confederações, como a CFDT e a CGT⁴.

Além de recolocar os sindicatos em cena, chocar-se com o predomínio da lógi-

² Patrick Debrest. 1986-1995: un mouvement en gestation. In: *Critique communiste* - 1997. nº 148, printemps.

³ Reunindo numa mesma estrutura tanto trabalhadores filiados às diversas organizações quanto não sindicalizados, as coordenações constituiriam uma espécie de recusa à desunião sindical francesa e exprimiam o descontentamento da base em relação aos sindicatos.

⁴ A CFDT deu início à política de “recentragem” já no final dos anos 70, adotando um reformismo

ca dos mercados e resgatar os valores de solidariedade, 1995 representou a volta dos intelectuais engajados. A reforma da seguridade social e as transformações no papel do Estado que ela implicava levaram os intelectuais franceses – há muito distanciados das lutas sociais – a recuperar o interesse por um tema “fora de moda”, posicionando-se contra ou a favor dos manifestantes em greve. O apoio ao governo ou aos grevistas se deu mediante a assinatura de petições, prática convertida pela mídia numa verdadeira guerra de notáveis. Alinharam-se aos pró-reforma os intelectuais de esquerda próximos ao PS e à CFDT (como Pierre Rosanvallon e Guy Aznar) que, tendo incorporado as teses acerca do esgotamento da sociedade salarial, do advento da sociedade pós-industrial e do fim do trabalho, não viram problemas em sustentar uma reforma proposta por um governo de direita. Entre os pró-greves encontravam-se intelectuais e militantes de extrema esquerda, e pensadores críticos do neoliberalismo, como Pierre Bourdieu⁵.

Esta tomada de posição deu origem a um intenso debate que pode ser constatado a partir da extensa produção bibliográfica que se seguiu aos acontecimentos. Para facilitar o trabalho de exposição e de confrontação dos argumentos, a bibliografia será apresentada a partir de dois grandes eixos interpretativos

que, em linhas gerais, reproduzem as análises críticas e as favoráveis ao movimento. Essa divisão é arbitrária e não despreza as diferenças existentes no interior de cada uma dessas correntes. A polêmica travada entre ambas as correntes é fundada nas seguintes questões: tratou-se de uma ação corporativa ou de classe? De defender um interesse particular ou o interesse geral? De um movimento social e/ou um movimento político? De uma greve categorial (porque restrita ao setor público) ou de uma greve “por procuração” (uma vez que o setor privado, no qual o processo de precarização se encontra muito mais avançado, não entrou em greve)? De lutas defensivas ou ofensivas? Da expressão do corporativismo da função pública ou de uma preocupação social geral, que encontrou eco no movimento dos funcionários? Tratou-se de um movimento voltado para o passado, para aquilo que não existe mais, de uma expressão equivocada (porque retrógrada, ultrapassada, arcaica) da recusa à modernidade, ou de “convites para transformar radicalmente o mundo”⁶?

1. “A grande recusa”: o arcaísmo de um movimento corporativo

Os críticos de 1995 apresentaram-no como o resultado dos erros de comunicação do governo, de sua incompetên-

modernista que a levou a se distanciar das greves como meio de ação, a defender a prevalência da negociação sobre a luta, a valorizar o compromisso e a primazia do contrato sobre a lei e a criticar os excessos legislativos do governo. A CGT buscou superar a crise sindical somente no início dos anos 90, anunciando sua independência em relação ao PCF como forma de escapar às acusações de “correia de transmissão do partido” e de amenizar sua imagem excessivamente marcada pela radicalidade.

⁵ Cf. Julien Duval *et alii*. *Le décembre des intellectuels français*. Paris, Liber-Raisons d’agir, 1998.

⁶ Sophie Bérout *et alii*. *Le mouvement social en France: essai de sociologie politique*. Paris, La Dispute, 1998. p. 124.

cia, da má estratégia em formular uma reforma que todos sabiam ser necessária. A incapacidade e a ineficiência de uma tecnocracia que se recusa a debater com a sociedade e a esclarecê-la das boas intenções do governo teria originado um movimento corporativo, de “privilegiados”... O movimento seria, portanto, resultado de um erro, de um mal-entendido, como se não houvesse razões para fazer greve.

Para esses autores, 1995 seria ainda conseqüência do impasse no qual se encontra a França, dividida entre uma forma de liberalização ditada pelos interesses do capitalismo financeiro (em virtude de seu engajamento na construção da Europa) e a manutenção de um Estado social. Nesse sentido, o movimento constituiria a expressão da divisão da sociedade em três setores distanciados: os “integrados” ao mercado nacional ou internacional, os marginalizados (dentre os quais apenas uma parte recebe alguma assistência do Estado) e os protegidos pelo Estado (funcionários públicos, agricultores e outras categorias subsidiadas)⁷.

Seguindo a mesma linha de argumentação, Dubet parte do pressuposto de que “uma certa clivagem se instaurou entre aqueles que podem se defender e aqueles que são incapazes [de fazê-lo]. O mo-

vimento de novembro-dezembro tocou os assalariados do serviço público porque seus interesses são ameaçados, mas também porque, na paisagem sindical francesa, eles são hoje os únicos assalariados suficientemente organizados para se defender de modo eficaz [...]. Evidentemente, esta situação não está livre de perigos, pois ela pode contribuir para aprofundar os desvios entre aqueles que podem se defender e os outros”⁸. Assim, as conquistas do movimento teriam por efeito manter ou mesmo aprofundar “as diferenças entre uma função pública sindicalizada, capaz de se defender, um setor privado entregue ao mercado, de um lado, e um universo de exclusão e precariedade que vê suas proteções se degradarem a cada dia, de outro”⁹.

A oposição incluídos/excluídos oferece dois grandes riscos para a análise. Em primeiro lugar, impede de pensar, de compreender em profundidade, as origens da heterogeneidade social. Afinal, qual é a diferença entre os diversos níveis de inclusão e de exclusão? O que distingue o indivíduo “mais incluído” do “menos incluído”? A condição de inclusão/exclusão se define em relação a quê? Em segundo lugar, ela permite culpabilizar os próprios excluídos por sua exclusão (como no caso

⁷ Esse argumento, desenvolvido por Alain Touraine em “L’ombre d’un mouvement”. In : Touraine (Ed.) *Le grand refus – réflexions sur la grève de décembre 1995*. Paris, Fayard, 1996, é utilizado por outros analistas, como Robert Kurz (“Os últimos combates”, *Novos Estudos Cebrap*, 1996, nº 46), que aponta o caráter corporativo de um movimento restrito à defesa dos interesses daqueles ainda não excluídos pela economia de mercado.

⁸ François Dubet. “Les ruptures de décembre”. In: Touraine, op. cit., p. 114.

⁹ Dubet, op. cit., p.117. Referindo-se também à dicotomia público/privado, excluídos/incluídos, Caillé considera que “a defesa legítima das ‘vantagens adquiridas’ pelos assalariados não provê nenhuma ajuda àqueles que se vêem *excluídos* do salariedade [...] ou que são *definitivamente inintegráveis*” (Alain Caillé. “Vers un nouveau contrat social?” In: Jean-Pierre Le Goff e Alain Caillé. *Le tournant de décembre*. Paris, La Découverte, 1996. p. 99, grifos nossos).

dos desempregados) ou, numa perspectiva inversa, os que ainda estão incluídos pela exclusão dos demais. Assim, pode-se culpar os funcionários públicos pelo desemprego ou pela deterioração das condições de trabalho dos empregados do setor privado. Mas será que se eles não fossem tão “protegidos” haveria espaço para a integração dos excluídos?

Esses são alguns dos problemas que permeiam as análises baseadas nesse conceito que, entretanto, faz parte do discurso hegemônico. Apesar de uma operacionalidade analítica nula, ele tem uma função ideológica de envergadura: afastar os estudos acerca dos conflitos e contradições sociais do registro da luta de classes¹⁰.

Outra dificuldade decorrente da abordagem tourainiana refere-se ao seu conceito de movimento social. O autor e seus discípulos não consideram que as greves e manifestações de 1995 sejam a expressão de um movimento social, embora as considerem importantes porque revelam “uma grande inquietude e a rejeição a um sistema econômico que destrói, em

nome das leis do mercado, as conquistas sociais de meio século, estende os empregos precários, aumenta o desemprego e pesa sobre os salários”¹¹. Entretanto, de acordo com a concepção definida pelo autor, o fenômeno em análise deve combinar um conflito social e um projeto de sociedade para merecer a alcunha de “movimento social”. Por esse motivo, 1995 seria um “não-movimento social” pois, embora dotado de uma grande capacidade de mobilização, não foi além da rejeição das iniciativas governamentais¹².

Uma tal formulação – normativa e restritiva¹³ – deslegitima qualquer movimento que não seja portador de um projeto de transformação social capaz de impor uma nova “historicidade”¹⁴. A menos que preencha esse pré-requisito, uma mobilização não passa de um movimento de resistência, de defesa de uma existência coletiva ameaçada de dissolução, uma “conduta de crise”, no dizer de Wieviorka¹⁵, e pode ser considerada, no máximo, o desejo, a “sombra” de um movimento social.

Nem manifestação da solidariedade

¹⁰ Cf. Eustache Kouvélakis e Michel Vakaloulis. “Le retour d’un affaire classé”. In: *L’homme et la société*, 1995. p. 117-8; Eric Fassin. “Le réalisme et l’utopie: les deux gauches face aux mouvements sociaux”. In: *French politics and society*, 1996. n. 1.

¹¹ Touraine, op. cit., p. 47.

¹² Farhad Khosrokhavar. “Les nouvelles formes de mobilisation sociale”. In: Touraine, op. cit., p. 204.

¹³ Segundo Bérout *et alii*, (op. cit., p. 43), Touraine termina por esvaziar o conceito de movimento social, “por um excesso de exigência histórica ou pelo abuso de definições que buscaram impor um molde ao movimento real das coisas, mais do que que decifrá-lo”. Ver também Aguiton e Bensaid, op. cit., p. 9.

¹⁴ Conforme definido em Alain Touraine. *La voix et le regard: sociologie des mouvements sociaux*. Paris, Seuil, 1993 [1978].

¹⁵ Michel Wieviorka. “Le sens d’une lutte”. In: Touraine, op. cit., p. 270.

inter-categorial, nem movimento social, o conflito de dezembro é ainda criticado por seu caráter passadista. Afinal, “nós sabemos agora que é possível sair dessa transição liberal que dura mais de dez anos, seja andando para a frente, associando o dinamismo econômico à luta contra a exclusão, seja recuando, reforçando a defesa das categorias já mais bem defendidas em detrimento tanto da inovação quanto da justiça”¹⁶.

Desenvolvendo – ainda que de forma ambígua – a trilha aberta por Touraine, Guy Groux afirma que os conflitos do trabalho, que ressurgem em 1995, são apenas uma parte no espaço dos novos conflitos, pois não ocupam mais uma posição dominante nem são portadores de um sistema de valores para o futuro. Para este autor, a greve e os conflitos abertos perderam importância para os conflitos de regras: a greve “não tem mais por finalidade mudar o sistema, mas influenciar a evolução das regras, agir sobre o jogo das regulações”¹⁷. Se o movimento de dezembro teve a virtude de mostrar que os conflitos do trabalho continuam a existir, isso não é suficiente para que Groux o isente de críticas. Termina por criticá-lo implicitamente ao considerar que, no capitalismo “pós-industrial”, as mobilizações e demandas dirigidas ao Estado-providência

são feitas não em nome de um projeto coletivo, mas de interesses privados (o que o autor chama de “privatização do movimento social”).

Interesses particulares, categoriais, privados, corporativos: qualquer que seja o adjetivo escolhido, duas suposições sustentam as interpretações aqui expostas. “De um lado, a crença segundo a qual *manter* os ‘direitos adquiridos’, mais do que *obter* novas conquistas sociais, equivale a uma simples luta ‘defensiva’ [...]. De outro lado, os *limites* da capacidade estratégica do movimento social (elaborar contra-proposições, e mesmo um contra-projeto) confirmam seu caráter ‘corporativo’, senão ‘arcaico’”¹⁸. O movimento exprimiria, segundo essas análises, um caráter regressivo frente ao inelutável processo de modernização da sociedade, modernização essa fundada no princípio do mercado, entendido como sinônimo de liberdade. Ao mesmo tempo, seria um “não-movimento”, dada a ausência de projeto social, de uma visão de mundo alternativa.

2. O retorno da luta de classes: as diversas dimensões de uma análise¹⁹

Enquanto os críticos do movimento procuraram ressaltar seus aspectos negativos, optando por explicações esque-

¹⁶ Touraine, op. cit., p. 98.

¹⁷ Guy Groux. *Le conflit en mouvement*. Paris, Hachette, 1996. p. 83.

¹⁸ Michel Vakaloulis. “Mouvement social et analyse politique”. In: Claude Leveneu e Michel Vakaloulis (dir) *Faire mouvement. Novembre-décembre 1995*. Paris, Presses Universitaires de France, 1998. p. 34.

¹⁹ Embora favorável ao movimento grevista, Boudieu recusa uma análise de classe, interpretando-o como uma greve republicana, feita em nome do “povo” francês e em defesa dos valores legados pela tradição democrática. (Cf. Bourdieu, Pierre *Contre-feux*. Paris, Liber, 1998). Em certa medida, a perspectiva bourdiana é retomada por Jean-Pierre Le Goff (“Le grand malentendu”. In: Le Goff e Caillé,

máticas, unilaterais e estáticas, as análises favoráveis adotam, em sua maioria, uma postura mais nuançada. Pois, como sustenta Mouriaux²⁰, uma análise favorável não precisa desconsiderar os problemas, os limites, as contradições que o movimento encerra. Afinal, a realidade é sempre mais complexa do que uma análise simplista permite supor.

Assim como Mouriaux, Rancière também não minimiza as dificuldades enfrentadas: “o movimento grevista recente foi seguramente ambíguo e suscetível de interpretações opostas. Mas esse é o caso de todo movimento social. O próprio domínio do ‘social’, de seus movimentos e organizações é local de disputa permanente entre duas lógicas contraditórias”: a luta pela distribuição dos bens socialmente produzidos (segundo a correlação de forças e interesses corporativos) e a crítica a essas relações sociais de produção (a partir de uma perspectiva mais universal). Adiante, acrescenta: “não há movimento social puro e nem distinção essencial entre lutas corporativas e defensivas e movimentos sociais universalistas e ‘imaginativos’ [...]”²¹. A resistência não tem o caráter negativo que seus críticos pretendem, nem é sinônimo de um comportamento reacionário, assim como a simples pala-

vra “reforma” não tem o conteúdo positivo que se quer atribuir.

Seguindo essa mesma linha de interpretação, Mouriaux e Subileau sustentam que não se tratou nem da expressão de um egoísmo corporativista nem da manifestação de uma solidariedade ilimitada. Seria equivocado afirmar tanto que o movimento foi isento de corporativismo (pois os trabalhadores visavam defender seus interesses próprios e isso não é ilegítimo) quanto proclamar que a solidariedade interprofissional não existiu. Do mesmo modo, consideram mais exato apontar a incapacidade do movimento em elaborar um programa do que considerá-lo passadista. Finalmente, são cautelosos ao apontar suas conseqüências no campo sindical: a greve não provocou nenhuma ruptura, mas “esboçou perspectivas a serem construídas”²².

Aprofundando o debate acerca do corporativismo, Bérout e Capdeville identificam três posições possíveis em relação ao movimento de 1995:

1) considerá-lo expressão da defesa egoísta dos privilégios de uma categoria, em detrimento dos interesses de classe;

2) negar o corporativismo como única forma de sustentar o movimento e de exprimir a solidariedade em relação aos grevistas;

op. cit.), que enfatiza os “princípios republicanos” do movimento, caracterizando-o como uma “mobilização cidadã”, o que revela as profundas diferenças teóricas que afetavam aquele grupo de intelectuais unidos na sustentação aos grevistas. Por esse motivo, suas contribuições para o debate não serão tratadas aqui.

²⁰ “Quatre énigmes syndicales de l’automne”, 1995. In : Levene e Vakaloulis, op. cit.

²¹ Jacques. Rancière. “Les raisins sont trop verts – à propos de la ‘nature du mouvement social’”. *Futur Antérieur*, 1996/1-2. nº 33-34, p. 265-6.

²² René Mouriaux e Françoise Subileau. “Les grèves françaises de l’automne, 1995. Défense des acquis ou mouvement social?”. *Modern & contemporary France*, 1996. v. NS4, nº 3, p. 306.

3) reconhecer uma dimensão corporativa e sua importância para a constituição de uma identificação coletiva (adormecida e combatida pelo discurso liberalizante) imprescindível para impulsionar o movimento. Essa é a posição adotada pelos autores, que consideram “o corporativismo [como] ponto de passagem obrigatório na reconstrução do sindicalismo”²³. Esse argumento baseia-se no reconhecimento do ofício como a forma primeira de expressão de uma consciência solidária. Assim, a unidade na corporação é uma condição prévia para que a unidade entre as profissões possa se construir, uma primeira forma de ultrapassar as singularidades individuais, ainda que não um fim em si mesmo.

Esse aspecto é também enfatizado por outros autores, para quem “a defesa de reivindicações categoriais [...] foi o ponto de partida para um rápido trabalho de consciência e alargamento de horizontes”²⁴. Isso porque o interesse geral não é um dado natural e espontâneo, mas sim o resultado de uma construção coletiva que se impõe em alguns momentos, su-

perando todos os elementos que contribuem para que a divergência de interesses e objetivos prevaleça. Assim, “movimentar-se a partir de uma exigência específica ou de um interesse particular ameaçado não é precisamente corporativismo, a menos que esse interesse particular se oponha ao interesse geral; ora, no movimento de dezembro, muitas coisas partiam do particular para se unir ao geral, contra o plano Juppé e por um ideal de solidariedade, contra a concorrência impiedosa do mercado e pelo ‘todos juntos’ da mobilização”²⁵.

Aceitar a revogação de uma parte do estatuto da função pública poderia levar ao seu questionamento completo, conduzindo à privatização dos serviços públicos e, portanto, à precarização dos mesmos, com impactos evidentes sobre seus usuários²⁶. Nesse sentido, a greve e as manifestações de apoio que a ela se seguiram exprimiriam uma rejeição à precariedade no serviço público, que tem sido um laboratório para a flexibilização do emprego através da criação de inúmeras modalidades de contrato destina-

²³ Sophie Béroud e Jacques Capdevielle. “En finir avec une approche culpabilisée et culpabilisante du corporatisme”. In: Leveneu e Vakaloulis, op. cit., p. 92.

²⁴ Aiguiton e Bensaïd, op. cit., p. 16.

²⁵ Idem, *ibidem*, 139-40. Todos juntos (tous ensemble) foi o lema do movimento, denominação incorporada pela corrente de oposição interna à CFDT, contrária à posição assumida pela central no decorrer dos acontecimentos.

²⁶ Pois a introdução de uma lógica privada levaria ao fechamento de muitos serviços considerados “não produtivos” o que, no caso da SNCF, se traduziria no cancelamento de alguns trajetos e no investimento preferencial em segmentos lucrativos como o TGV. A falta de rentabilidade ou o caráter deficitário dos serviços públicos poderia levar ao fechamento de agências de correio em pequenas cidades do interior, postos de arrecadação fiscal, escolas, hospitais e maternidades. Apesar da oposição verificada em 1995 ter levado a um recuo do governo em relação a alguns pontos, essas possibilidades não foram definitivamente descartadas, nem mesmo após a vitória da “esquerda plural” em 1997. Pelo contrário, essa é uma discussão recorrente, que mobiliza os franceses em defesa de seu direito a ter o serviço público sempre à disposição.

das a populações “de risco”, como jovens e desempregados de longa duração. Esse é o caso do CES (contrato emprego solidariedade), um contrato temporário, por tempo parcial e remunerado a um nível inferior ao SMIC (salário mínimo). Deste modo, mais do que uma luta limitada a uma categoria de assalariados protegidos, a greve desencadeou um movimento de protesto “contra a precarização da sociedade em geral”²⁷. Por isso, o movimento de 1995 não teria um caráter corporativo, não se restringiria à mera defesa dos direitos adquiridos por algumas categorias profissionais, visto que encontrou eco nas preocupações partilhadas por uma parte mais ampla da sociedade francesa, alcançando uma dimensão política²⁸.

Ao mesmo tempo em que esses autores identificam elementos positivos no movimento, não se furtam a apontar suas dificuldades. Em primeiro lugar, ainda que tenha conseguido superar as divisões público/privado, assalariados/usuários, o movimento não fez o mesmo com a clivagem nacionais/estrangeiros. Em segundo lugar, muito embora as manifestações não se restringissem ao setor público, obtendo a adesão do setor privado²⁹, este não se integrou à greve. É preciso, porém, compreender as especificidades

do setor privado, suas debilidades, tais como o maior peso do desemprego e do trabalho precário; a menor taxa de sindicalização; a dificuldade de os sindicatos ultrapassarem o argumento *managerial* do corte de gastos – inclusive do custo do trabalho – em nome da competitividade da empresa, de intervir na gestão das firmas sob uma outra perspectiva etc.

Muitos ressaltam que os limites do movimento se devem em grande parte à esquerda, que não soube traduzir o descontentamento frente ao governo numa proposição política realmente inovadora. Isso não significa negar ao movimento uma dimensão política significativa: ele contribuiu para isolar o governo, revelou a existência de um sentimento de recusa ao neoliberalismo e teve desdobramentos importantes, como a vitória da esquerda nas eleições legislativas de 1997. No entanto, para que o próprio movimento se convertesse numa alternativa política concreta, era necessária uma mediação, a elaboração de um projeto, o que demandava a intervenção dos partidos de esquerda³⁰.

A relação entre sindicatos e partidos oferece uma boa oportunidade para refletir sobre o que é um movimento social

²⁷ Paul Bouffartigue. “Conflicteualité sociale et dynamiques du salariat: un nouveau cycle?”. In: Leveneu e Vakaloulis, op. cit., p. 111.

²⁸ Georges Ribeill. “Le conflit des cheminots de novembre-décembre 1995: les avatars politiques d’une grève corporative”. *Sociologie du travail*, 1997. nº 4.

²⁹ Como sinal do apoio do setor privado, Jean-Marie Pernot “Les syndicats à l’épreuve du mouvement social”. *Regards sur l’actualité*, 1996. nº 222, p. 5) indica que enquanto as greves se enfraqueciam, as manifestações de rua proliferavam. Além disso, enquanto o número de grevistas atingiu, no auge do movimento, 700 mil trabalhadores, 2 milhões de manifestantes tomavam as ruas.

³⁰ Denis Berger. “Une gauche distancée”. In: Leveneu e Vakaloulis, op. cit., p. 253-5. Ver também: Aguiton e Bensaïd, op. cit., p. 44.

e sobre as distinções que geralmente se estabelece entre movimento social e movimento político. Berger chama a atenção para o fato de que a confusão entre o político e o estatal faz com que o social seja geralmente visto como oposto do político. Para ele, “qualificar de ‘movimentos sociais’ essas mobilizações [de dezembro de 1995] só se justifica na medida em que *elas questionam as relações sociais constitutivas da sociedade atual* (não apenas no nível econômico mas, mais geralmente, no plano da cultura e da vida cotidiana). Mas, por isso mesmo, o social se torna político pois as mudanças radicais implicitamente exigidas só podem ser vislumbradas às custas de modificações do equilíbrio e da orientação do poder central”³¹. Apesar da advertência feita por esse autor, a formulação acima permite pensar que um movimento social só se converte em movimento político quando se dirige às autoridades políticas, provocando mudanças nas políticas públicas em resposta às suas reivindicações. Abordagem semelhante encontra-se em Aguiton e Corcuff, para quem a intersecção entre a esfera social e a esfera política ocorre somente quando a luta

social provoca uma reação político-institucional³².

Perspectiva diferente é elaborada por Kouvélakis, para quem o nível sindical também é um nível político. De acordo com esse autor, 1995 constitui um movimento político, “no sentido em que recusa as separações entre o ‘econômico’, o ‘social’ e o ‘político’, em que se opõe rapidamente, em outros termos, ao confisco do político pelos profissionais da política”³³. Essa perspectiva é partilhada por Vakaloulis, que considera o movimento social uma expressão de um conflito social que se inscreve num contexto político, e por Bérout e Mouriaux, para quem os conflitos sociais e, entre eles, as greves, são implicados na política, ainda que a forma e o grau dessa implicação possam variar³⁴.

Desenvolvendo a problemática marxista, esses autores consideram que o movimento social remete à “centralidade da oposição capital/trabalho no seio das sociedades capitalistas contemporâneas”³⁵. É esse aspecto que lhes permite identificar uma unidade entre os diferentes movimentos sociais, preferindo usar o termo no singular³⁶. Qual o papel dos sindicatos e dos partidos no interior dos

³¹ Berger, (op. cit., p. 252).

³² Christophe Aguiton e Philippe Corcuff, “Mouvements sociaux et politique: entre anciens modèles et enjeux nouveaux”. *Mouvements*, 1999. nº3.

³³ Eustache Kouvélakis. “Un nouveau mouvement ouvrier”. *Futur Antérieur*, 1996. nº 33-34, p. 152.

³⁴ Vakaloulis, op. cit.; Sophie Bérout e René Mouriaux. *Le souffle de décembre: le mouvement social de 1995*. Paris, Syllepse, 1997.

³⁵ Bérout e Mouriaux, op. cit., 1997. p. 58.

³⁶ Essa definição tem ainda a vantagem de escapar da armadilha contida na proposição de Touraine, cujas exigências fazem com que o movimento social só possa ser concebido no nível teórico, sem jamais poder ser encontrado empiricamente.

movimentos sociais? Rompendo com a divisão de tarefas sindicato/luta econômica, partido/luta política, difundida pela concepção leninista, os autores identificam o partido como uma das mediações possíveis para exprimir essa contradição central que emana das relações de produção; o sindicato é outra. Nesse caso, as greves seriam um instrumento, um meio de expressão de um movimento social específico: o movimento sindical. Elas podem ter um alcance mais amplo ou mais restrito segundo o estado da correlação de forças entre capital e trabalho, as alianças firmadas entre as classes trabalhadoras, as experiências do passado, com suas vitórias e derrotas.

A consideração anterior nos leva diretamente à questão da luta de classes, ressaltada em vários trabalhos sobre os movimentos de 1995 que se reconhecem numa tradição marxista. Mas o tratamento dado a essa questão está longe de ser isento de controvérsias. Os aspectos enfatizados variam e as conclusões obtidas a partir das mesmas constatações são divergentes.

Assim, o movimento de dezembro de

1995 é caracterizado seja como a expressão de uma “cólera de classe”³⁷, seja uma reviravolta na luta de classes na França, com a entrada em cena de um novo movimento operário³⁸, ou ainda como a emergência de um novo sujeito social, que não pode ser simplesmente identificado com a classe operária tradicional³⁹. Para outros, constitui a evidência da existência de uma complementaridade positiva entre luta de classes e cidadania⁴⁰ ou de um projeto de transição ao comunismo⁴¹. Qualquer que seja a hipótese formulada, o movimento foi visto como um “sopro” de esperança⁴², o início de um novo ciclo, o prenúncio da retomada das lutas, a reversão de uma tendência desfavorável aos trabalhadores e suas organizações de classe.

Ainda que possa ser interpretado como a manifestação de um anti-capitalismo implícito ou latente⁴³, objetivamente o movimento de dezembro não visava a superação do capitalismo, não se constituiu como um movimento de perspectivas revolucionárias, não reivindicava a abolição da propriedade privada dos meios de produção, portanto a hipótese

³⁷ Fassin, op. cit., p. 8.

³⁸ Kouvélakis, op. cit., p. 151.

³⁹ Maurizio Lazaratto. “La lutte de classes dans le capitalisme post-moderne”. *Futur Antérieur*, 1996. nº. 33-34, p. 226.

⁴⁰ Jean-Claude Delaunay. “Lutte de classes et citoyenneté dans la France contemporaine”. *L’homme et la société*, 1996. nº 121-122, p. 17.

⁴¹ Toni Negri. “Réappropriations de l’espace public”. *Futur Antérieur*, 1996. nº 33-34, p. 239.

⁴² Como indica o título do livro de Bérout e Mouriaux, *Le souffle de décembre*, op. cit.

⁴³ Bérout *et alii*, op. cit, p. 110-1, preferem falar em “pulsões anti-capitalistas”, por não se tratar de um movimento ideologicamente unificado, mas que, pelo contrário, abarca um espectro variado de posições e convicções.

de Negri carece de base de sustentação. A percepção do antagonismo de interesses, o reconhecimento da existência de classes sociais não é suficiente para falar em anti-capitalismo, muito menos em transição ao comunismo. Outra hipótese formulada pelo autor parece-nos mais pertinente e também permite analisar 1995 a partir do conceito de luta de classes: ao se insurgir contra a perda de direitos, o dismantelamento das conquistas sociais obtidas no pós-guerra, a privatização de serviços públicos, o movimento francês atingiu a ideologia dominante, mostrando que a política de enxugamentos e demissões não é a única possível. Assim, teria sido “a primeira ruptura de massa com o regime político-econômico-ideológico da época liberal”⁴⁴ ou, nas palavras de outro autor, “a primeira grande greve anti-neoliberal do próximo século”⁴⁵.

3. Para além de uma esquerda liberal

A menos que se adote uma perspectiva evolucionista, não se pode conceber a história como um processo linear e progressivo, em que as transformações constituem sempre sinal de avanço. Pelo contrário, as mudanças podem se dar em sentidos diferentes, o dinamismo histórico se revela tanto nos avanços quanto nos retrocessos. A incompreensão da história como um campo aberto de possibilidades faz com que muitos autores considerem as dificuldades decorrentes da perda de filiados, do aumento do desemprego, do surgimento de novas categorias

de trabalhadores – que não se sentem representados pelas organizações sindicais existentes – como um sinal da inexorabilidade da decadência sindical. Já outros autores, ao invés de adotarem uma perspectiva fatalista, condenando o movimento sindical à repetição dos mesmos erros e à superação inevitável, buscam mostrar que os sucessos e as derrotas de ontem repercutem no movimento de hoje, são assimilados pela luta, retrabalhados, reorientados. Isso permite entender como, apesar do impacto da ideologia dominante e dos eufemismos criados para ocultar a exploração e a dominação no trabalho (vide as idéias de “parceria”, gestão participativa, polivalência, novas competências...), subsiste uma percepção – ainda que difusa – de que as desigualdades sociais se mantêm e até mesmo aumentam. Essa percepção permite o reconhecimento da existência de coletivos que se caracterizam por condições de trabalho e tradições culturais relativamente homogêneas, de um nós e um outro⁴⁶, não obstante a diferenciação crescente verificada no interior das classes trabalhadoras.

Por esses motivos é que procuramos nos distanciar de uma esquerda que apostou na via da modernização, incorporando de forma acrítica todo o vocabulário que lhe é decorrente, ainda que mantenha uma certa reserva – ao menos no plano do discurso – em relação às políticas neoliberais. Convém observar que esse discurso anti-liberal é, todavia, incompatível com pressupostos tais como a

⁴⁴ Negri, op. cit, p. 233.

⁴⁵ Daniel Bensaid. “Neo-liberal reform and popular rebellion”. *New Left Review*, 1996. nº 215, p. 116.

⁴⁶ Ver Stéphan Beaud e Michel Pialoux. *Retour sur la condition ouvrière*. Paris, Fayard, 1999.

idéia de que o serviço público gera exclusão e de que a globalização impõe uma competitividade à qual todo país deve se adaptar para permanecer “independente”. Ao afirmar que o bloqueio do debate poderia acentuar as clivagens sociais já existentes, defendendo a necessidade de encontrar uma saída outra que não o apego ao passado ou a defesa do liberalismo selvagem, essa corrente acaba recorrendo aos vários eufemismos produzidos pela ideologia dominante e, por conseguinte, valorizando a adoção de uma solução de traços “modernizantes”, o que lhe tem valido a alcunha de “esquerda liberal”.

Ao contrário do que sustentam os

arautos da terceira via, o movimento grevista inaugura uma nova fase do sindicalismo, de recusa e “desfatalização” do liberalismo, ainda que o nível de sistematização desse anti-liberalismo seja frágil⁴⁷. Embora disperso e não sistematizado, esse anti-liberalismo se traduz não apenas na recusa da reforma pretendida pelo governo mas também num saldo ideológico positivo, que possibilitou a reemergência do pensamento de esquerda no país. Em tempos de glorificação dos mercados, optar pelos caminhos da resistência e da crítica, recusando e desmitificando as ilusões propagadas pelo “social liberalismo”, já é um trabalho digno de nota.

⁴⁷ Bérout *et alii*, op. cit, p. 103-5.

GALVÃO, Andréia. O debate sobre a grande greve francesa de 1995. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 13, 2001, p. 95-107.

Palavras-chave: Greve; Trabalho; França.